



## **Feministas Angoleiras: Um artevismo político transnacional**

por Francineide Marques da Conceição Santos

---

Eu e outras mulheres, no Brasil e em outros países, estamos pensando sobre o que é ser uma Feminista Angoleira. A partir do corpo que pratica a capoeira, começamos a pensar sobre a nossa atuação política, as nossas percepções corporais, sensoriais, existenciais, referenciais. A cada vez que gingamos, entramos, sentamos, jogamos, tocamos, cantamos em uma roda de Capoeira Angola, a cada vivência um redimensionamento da nossa existência, uma necessidade de saber de onde se vem, com quem se caminha e o mundo em que se quer viver.

Há um projeto comunitário, coletivo, desejos compartilhados e uma proposta que abrange o social, a sociedade, a comunidade, portanto, político. As Feministas Angoleiras (eu aqui falando a partir de mim, das minhas experiências, eu me sentindo como uma delas) agem, falam, pensam e atuam nos locais onde vivem, na busca de uma sociedade justa em que a ética do “não precisa bater, basta mostrar a fraqueza” é preponderante à coexistência respeitosa.

O respeito é um grande valor. O respeito aos direitos das mulheres vai sendo ensinado e aprendido na máxima do “sou discípula que aprende, minha mestra me dá lição”.

Ser Mestra, ser discípula de Capoeira Angola significa muita coisa na transmissão de uma cultura que vem lutando contra o machismo, o racismo e todas as formas de discriminação.



Significa que se está sendo uma unidade, uma coletividade, uma manifestação de um saber guardar, zelar por um legado deixado por aquelas que vieram antes.

Ser capoeira, ser angoleira, ser feminista dentro de uma contemporaneidade que demanda a preservação de raízes “que vieram de Angola” (logo, bantas), significa aprender a como enfrentar as surpresas da vida “com muito cuidado”, sem se automachucar, nem machucar outras pessoas.

O Feminismo Angoleiro é, pois, uma forma de (re)existência. Um colocar-se no mundo como uma força da natureza, um movimento que busca a liberdade “como práxis”; busca o sorriso como marca de identidade (cf. SANTOS, 2017).

Feministas Angoleiras costumam ser sorridentes, usam a alegria como fio condutor da linguagem, a ludicidade faz parte do Jogo de Angola, mas a desconfiança, a malícia, também.

Quem está aqui para jogar, brincar, tocar, lutar, vadiar Capoeira Angola, ginga. E nessa ginga aprende cantando: “balança, balança, mas não cai... cai, cai, cai... Capoeira balança, balança, mas não cai”.

Essa balança, esse equilíbrio dentro do desequilíbrio, pode ser encontrada quando se deixa fluir a energia pelas mãos, pés, cabeça, corpo, mente e espírito, sempre fixando o olhar na outra ou no outro que está à sua frente e em quem e no que está à sua volta.

Capoeira Angola, ensinada luta, vadiação, serve (serviu) para muitas frentes ao longo da história brasileira e, nesse sentido, continua servindo para que meninas e mulheres, homens e meninos possam espalhar a semente.

Com o tempo, com a prática angoleira, em um processo iniciático, em que nada se aprende de uma só vez, vão sendo formadas educadoras e educadores, discípulas e discípulos e Mestras e Mestres que abrigam a responsabilidade de agirem para um mundo sem violência, referenciando-se em fundamentos epistemológicos, éticos e metodológicos legados por capoeiristas de gerações anteriores.



Neste texto, como uma *bantona*, uma mulher negra feminista política que deseja resgatar conhecimentos e saberes bantus deixados pela tradição da Capoeira Angola e, ao mesmo tempo, fazer atualizações, ressignificações e descolonizações, aproximando-me de uma etnoautobiografia (ou da etnografia implicada, o nome que preferirem), entendo que o Feminismo Angoleiro apresenta-se como uma nova forma de manifestação, que tenta, a seu modo, com os seus instrumentos, “desmantelar a Casa Grande”, como propõe a escritora e feminista Audre Lorde.

Há, na Capoeira Angola, agora de forma mais coletiva, um olhar atento por parte das mulheres sobre os seus pares e as suas práticas dentro dos grupos e espaços. As masculinidades, as performances, as relações de gênero, as relações raciais e os comportamentos vão sendo avaliados e questionados abertamente, a partir de uma ótica feminista, um olhar que preza pela Educação da não violência, que dissemina valores e princípios de paz na resolução dos conflitos, que respeita os direitos humanos das mulheres, a equidade de gênero e as relações raciais.

O olhar atento é treinado para ver, localizar, enxergar discriminações e lutar “pelo fim da violência contra mulheres” e, para tanto, elas ostentam faixas, borram as fronteiras de territórios sexistas, delimitam territórios, a partir do próprio corpo, com o intuito de não permitir, de não tolerar violências contra si, nem contra outrem.

Há, eu digo, uma Utopia, naquele sentido dado por Angela Davis, em que se busca não apenas a satisfação social de um determinado grupo, mas a felicidade de todas as pessoas do planeta.

De que maneira uma proposta feminista negra, política e artevista vem se firmando como possibilidade de uma experiência de pensamento? As vivências, escrevivências, as experiências das Capoeiristas Angoleiras são, pode-se dizer, um exercício epistêmico decolonial?

Problematizar o surgimento de uma teoria que, a partir da ação, insere-se na busca pela efetivação dos direitos humanos das mulheres? Podemos compreender a performance das Feministas Angoleiras como uma proposta política filosófica pragmática que tem como fundamento



o corpo? Em qual medida o Feminismo Angoleiro dialoga com as teóricas feministas trazendo à baila, dos estudos epistemológicos, práticas artevistas afrorreferenciadas?

Uma formação feminista que possa fortalecer a luta pelo reconhecimento, divulgação e efetivação dos direitos das mulheres tem solicitado a atenção dos movimentos sociais e de teóricas acadêmicas. Como difundir o pensamento de que é necessário erradicar a violência contra as mulheres para que possamos ter uma coexistência livre de preconceitos e discriminações com o respeito ao direito à vida e, à dignidade, que deve ser garantido pelo Estado?

O que fazemos se não temos a segurança garantida, nem saúde e educação suficientes para afastar a mortandade das mulheres negras que a cada dia vem aumentando, conforme denunciado no Dossiê da Situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil:

Pelo menos 13 mulheres foram assassinadas por dia no ano de 2013 no Brasil, num total de 4.7462 (sic) mulheres assassinadas naquele ano, configurando um aumento de 21% em relação a 2003. (...) em alguns estados do país, como Amapá, Paraíba, Pernambuco e Distrito Federal, o aumento da vitimização foi de 300%. (IRACI e WERNECK, 2016, p. 32)

E essa situação, em vez de melhorar, piora, como se pode ver dos índices nos dois últimos anos, que explicitam o aumento das práticas/pensamentos machistas e dos crimes que são estampados nas mídias: “O Brasil teve 4.473 homicídios dolosos de mulheres em 2017 (um aumento de 6,5% em relação ao ano anterior)”.

Essa violência caracteriza a sociedade brasileira e atesta que, por séculos, eles (racistas, *heterobranconormativizados*, eurocentrados) continuam matando, estuprando, agredindo em nome de um poder “macho”, atingindo os corpos negros com esse desiderato de subalternizar e violentar as mulheres negras, nessa eternização da hegemonia colonialista.

Entretanto, na contemporaneidade, diversas movimentações de resistência frontal, contra-hegemônicas, feministas, em uma luta transnacional, buscam forjar instrumentos que possam desmontar essa “Casa-Grande”, como propunha Audre Lorde com a sua escrita e a sua arte, ao



pensar a atividade do pensamento e questionamentos para dismantelar esse lugar de colonialidade onde as mulheres são diuturnamente violentadas e em que “(...) perguntar, às vezes é não ter a resposta, mas fazer novas perguntas. (...) Eu acho que o próprio processo de descolonização é fazer novas questões que nos ajudam a dismantelar o colonialismo.” (KILOMBA, 2016).

O feminismo negro artevista surge como e com novas questões e vem ganhando força entre mulheres que percebem ser o corpo o lugar primacial da violência, pois o machismo/racismo lhes nega o direito à intimidade, privacidade, à sexualidade e à dignidade e lhes suprime tantos outros direitos como educação, saúde, emprego, representatividade, participação política, moradia e as coloca às margens, como cidadãs “inferiores”, já que não podem usufruir da cidadania que o Estado brasileiro tem por obrigação constitucional garantir. É aqui que se situa o *Feminismo Angoleiro*, uma experiência de pensamento, um discurso e uma prática que toma o corpo, a ginga, como suporte/fonte de atuação, reflexão política e elaboração de conhecimentos como vêm pensando as estudiosas Rosangela Costa Araujo, Elizia Cristina Ferreira, Raquel Gonçalves, Veronica Navarro e eu mesma, Francineide Marques Conceição Santos.

A ver pelo borramento de fronteiras entre a prática da Capoeira Angola e uma escrita acadêmica através de um olhar feminista, temos que o Feminismo Angoleiro se situa dentro dos feminismos negros, com uma especificidade que é a Ginga, o movimento, o corpo como uma epistemologia “(...) que se preocupa não apenas em compreender como o conhecimento é produzido, mas principalmente em analisar seu impacto nas práticas sociais e vice-versa.” (ARAUJO, 2017, p. 5).

Esses fluxos entre a prática feminista e a elaboração do discurso sobre essas práticas e como esses discursos reverberam nessas práticas vêm sendo tema de estudos e escritas, como nos faz ver Raquel Gonçalves:

Foi como praticante de capoeira angola (desde 2010) que me tornei feminista e militante pela igualdade racial. E, a partir de minhas experiências no interior deste meio, do meu aprendizado diário nos espaços de formação e convivência, dos meus desafios pessoais e de minhas pesquisas. (GONÇALVES, 2017, p. 2)



O feminismo angoleiro, ao dizer(se) o mundo a partir do corpo, ter a ginga como uma linguagem, ou “uma metalinguagem”, como diria Rosângela Araújo, elabora um discurso feminista político que compõe os diálogos acadêmicos e não acadêmicos em torno da decolonialidade do saber, do poder, do ser, das relações raciais e de gênero, como nos apresenta Maria Lugones, para relações equânimes e o fim da violência contra as mulheres, o que certamente se traduz em uma sociedade livre da violência, posto que o machismo estrutura não apenas relações de gênero violentas, mas também a violência contra as pessoas negras, as crianças e a população LGBTTTQI, todas que não se encaixam no padrão *heterobrancomachoeurocentrado*.

Ao (re)discutir-se e autoperguntar-se, (re)olhar-se como uma prática política que inclui um (re)pensar-se exige uma formação constante e a “necessidade de ampliarmos os estudos sobre a diversificada presença feminina no contexto da cultura afro-brasileira é fundamental ao fortalecimento dos feminismos contemporâneos.” (ARAÚJO, 2017, p. 9)

Vemos hoje que há uma movimentação de mulheres angoleiras feministas que tentam subverter a lógica falocêntrica de um pensamento que se instaura de fora para dentro, mas antes busca “(...) pensar a capoeira como filosofia e a ginga como fundamento filosófico. Não quero partir de um pensamento que se impõe como regra a uma prática corporal (caminho regular da filosofia), mas, de um pensamento radicado no corpo” como nos diz Elizia Cristina Ferreira em entrevista à Carta Capital.

Se de início pensamos um “feminismo que ginga” (cf. Santos, 2014) como uma hipótese, hoje podemos ver que essa atuação política artevista, o Feminismo Angoleiro, destaca-se das demais por adotar os fundamentos filosóficos da Capoeira Angola como paradigmas para a luta antirracista e antissexista e pode ser então definida como uma movimentação teórica e prática, um

*“Feminismo Angoleiro no sentido de valorizar, evidenciar, incentivar e registrar a presença das mulheres angoleiras (...) na direção (...) de novas políticas, novas combinações possíveis além daqueles binarismos impostos pelos padrões euroandrobrancocêntricos.” (SANTOS, 2017, p. 194)*



## Uma pedagogia feminista emancipadora afrorreferenciada

O que fazer para que, a cada dia, mais pessoas consigam transformar atitudes e comportamentos machistas e entrem nas rodas para os diálogos no combate a essa estrutura machista/racista que mata, massacra, fere, violenta as mulheres? Como mostrar que essa realidade assustadora do genocídio, já detectado por vários estudos e pesquisas que mostram como as mulheres são as maiores vítimas da violência urbana e rural neste país, é um fenômeno mundial e não, um caso isolado deste ou daquele país? O “Racismo patriarcal heteronormativo” afeta todas as mulheres e, mais ainda, mulheres negras com alarmantes índices de feminicídio. Crimes que têm como vítimas as mulheres são racializados, como documentado no **Dossiê sobre a situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil – violências e violações:**

As vítimas são mulheres negras reais, integradas a suas famílias e comunidades, responsáveis pela subsistência de suas famílias. **Muitas mulheres negras assassinadas eram defensoras de direitos humanos.** (IRACI e WERNECK, 2016, p. 14)

A violência contra mulheres viola diversas esferas e aspectos de nossas existências e se dá de várias maneiras: violência patrimonial, violência sexual, violência física, violência moral e violência psicológica, como explicita a Lei Maria da Penha.

A prática corporal, a descoberta de limites e superações físicas fazem pensar o mundo como coisa elástica possível de ser flexibilizada e, por isso, passível de ser modificado.

O corpo é aqui compreendido como lugar sagrado, expressão materializada do nosso Ser (...). E é esse mesmo corpo, em seu movimento e em sua relação com os outros, que é capaz de formar um corpo maior, um movimento cultural, político e social. (MACHADO e ARAÚJO, 2015, p. 100).

Interessante, ainda, que esses momentos de reflexão e autorreflexão, de pensar sobre si e a realidade, na elaboração de conhecimentos, são acompanhados de intensa troca de (in)formações entre as Feministas Angoleiras, que utilizam cada dia mais as redes sociais, a plataforma digital, um



*cyberativismo*, as mídias sociais, como espaço político na luta antirracista e antissexista, ainda mais por estarem presentes em diversos países e não apenas no Brasil.

Importante é aqui falar como uma sujeita implicada e, considerando outras falas aqui referenciadas, reconhecer as premissas identitárias das Feministas Angoleiras como bantas, compreender que há mulheres negras e não-negras que se reconhecem dentro de um contexto epistemológico, de construção de conhecimento compartilhado, que são capazes de transcender origens, nações, nacionalidades, em um movimento feminista transnacional, que se consideram herdeiras das lutas, das fugas, das batidas de tambor, dos quilombos, das capoeiras, de Nzinga, Aqualtune, Dandara e tantas outras mulheres negras e não-negras que ficaram marcadas como corpos-lutas. A história que não foi contada nos livros de história não deixou de existir porque foram silenciadas.

Essa história invisibilizada ficou gravada em lugares de memória que vêm sendo acessados ao longo do tempo, a cada ginga, a cada movimento que os corpos fazem no sentido da busca da liberdade; a cada palavra gritada nas ruas, a cada toque dos berimbaus, do gunga, do médio, da viola, do agogô, do atabaque, do reco-reco, do pandeiro; a cada canto, a cada reverência, a cada música, cada olhar que busca ao seu redor o sorriso, o tom que lhe corresponda.

As Feministas Angoleiras abrigam essa marca de identidade: mulheres aliadas que lutam contra a colonialidade de gênero, a subalternização dos seus corpos, das suas sexualidades, das suas escolhas e mentes em diferentes países, inserindo-se, pois, no contexto do movimento feminista transnacional.

Atravessamos mares em viagens forçadas e agora não mais nos deteremos, somos Capoeira, embarcamos no mundão à fora. Não viramos poeira, viramos sementes.





## Notas

---

[1] Nova na nomenclatura, porque essa prática feminista, essa contestação da “capoeira como um espaço de homens” vem sendo feita ao longo dos séculos aqui no Brasil, como indicam os vestígios históricos, “as pegadas”, “as marcas” deixadas pelas mulheres capoeiristas que estão documentadas pelos poucos registros históricos.

[2] Ginga é o movimento básico da Capoeira Angola e consiste em movimentar sempre o corpo em um balanço dançante, aparentando, por vezes, desequilíbrio, quando, em verdade, a capoeirista angoleira mantém-se firme e atenta aos acontecimentos à sua volta, especialmente aos da pessoa com quem está jogando na roda da Capoeira, conquanto mantenha o corpo relaxado em atitude brincante.

[3] A atitude brincante, típica da Capoeira Angola, não distrai a angoleira de possíveis golpes, mas antes as coloca em posição de defesa e prontidão para o livramento de possíveis ataques, pois a Capoeira Angola é uma brincadeira, um jogo, mas é também uma luta.

[4] Lei Federal nº 13.104 sobre feminicídios.

---

## PARA SABER MAIS:

ARAÚJO, Rosângela Costa. **Ginga: uma epistemologia feminista.** Comunicação Oral. Fazendo Gênero 11. 2017. Florianópolis-SC. Brasil.

BRASIL. Lei nº 11.340/2006 Lei Maria da Penha. Disponível em <http://www.brasil.gov.br> Acesso em 12/03/2018.

DANTAS, Raquel Gonçalves. **Pesquisa científica e o feminismo angoleiro: diálogo de conceitos pela transformação social da mulher na capoeira.** Comunicação Oral. Fazendo Gênero 11. 2017. Florianópolis-SC. Brasil.

DAVIS. Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia.** Conferência. Disponível em



<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>. Acesso em 27.08.2017.

FERREIRA, Elizia Cristina **Ginga como fundamento filosófico para uma filosofia feminista**. Comunicação Oral. Fazendo Gênero 11. 2017. Florianópolis-SC. Brasil.

IRACI, Nilza; WERNECK, Jurema (orgs). **Dossiê sobre a situação dos Direitos Humanos das Mulheres Negras no Brasil – violências e violações**. Disponível em [www.crioula.org.br](http://www.crioula.org.br). Acesso em 06/10/2016.

KILOMBA, Grada. **O racismo é uma problemática branca**. Entrevista a Djamila Ribeiro Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/201co-racismo-e-uma-problemativa-branca201d-uma-conversa-com-grada-kilomba>>. Acesso em 25 jul. 2018.

LORDE, Audre. *La hermana, la extranjera. Artículos y conferencias. Traducción* de Maria Corniero. Madri, España: Lennart Sane Agency AB, 2003.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial *In: Revista Estudos Feministas*. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014 Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso em 10 jun. 2016.

MACHADO, Sara Abreu da Mata; ARAUJO, Rosângela Costa. Capoeira Angola, corpo e ancestralidade: por uma educação libertadora. **Horizontes**, v. 33, n. 2, p. 99-112, jul./dez. 2015. Disponível em <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/download/256/98>. Acesso em 22 set. 2016.

NAVARRO. Veronica Daniela. **N'outros corpos. Descobertas e outas possibilidades corporais latino americanas**. 2018. Dissertação Mestrado em Programa de Pós-Graduação em Dança. UFBA.

SANTOS, Francineide Marques da Conceição. **O feminismo que ginga: mulheres capoeiristas angoleiras em Salvador dos anos 80**. 2009. TCC. Especialização em História Social e Econômica do Brasil. Faculdade São Bento, Salvador. Orientação: Professora Dra. Claudia Moraes Trindade.



SANTOS, Francineide Marques da Conceição. **Uma outra fala: a experiência feminista das capoeiristas angoleiras em Salvador.** 2015. Comunicação Oral. II Desfazendo Gênero. Salvador. 2016.

SANTOS, Francineide Marques da Conceição. **Direitos humanos e a prática tradicional da Capoeira Angola.** 2017. Dissertação apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco/FUNDAJ para obtenção do título de Mestra.

### **Autora:**



Francineide Marques é mestra em Educação, Culturas e Identidades (UFRPE/Fundaj) e pesquisadora do GEPERGES Audre Lorde – Grupo de Pesquisa em Educação, Raça, Gênero e Sexualidades. Desenvolve atividades de pesquisa em relações raciais, gênero, capoeira angola, política, feminismos, com o olhar de uma educação em/para os direitos humanos. Investiga movimentos sociais, sujeitos e processos educativos. É advogada com ampla experiência em diversas áreas do Direito.